

## CONGRESSO DEMOCRACIA PORTUGUESA

Painel Portugal e o Mundo

Sinopse da comunicação “Das Fronteiras”

Autor: Helder Macedo

As actuais fronteiras geográficas de Portugal foram estabelecidas há mais de quinhentos anos. Mas, ao longo dos séculos, Portugal criou também outro tipo de fronteiras: as fronteiras políticas e as fronteiras culturais que determinam a sua actual identidade.

Portugal é actualmente um pequeno país integrado no cada vez mais vasto território contínuo da União Europeia. Mas é também o país fundador da não menos vasta comunidade de território descontínuo que partilha da sua língua e da sua cultura.

Esta comunicação visa analisar alguns dos aspectos políticos e culturais que determinam a percepção que os portugueses têm de si próprios no mundo pós-moderno da globalização e da *pax americana*.

## CONGRESSO DEMOCRACIA PORTUGUESA

Painel: Portugal e o Mundo

### *Das Fronteiras*

*Por Helder Macedo  
Universidade de Londres  
King's College*

Falar de fronteiras é o mesmo que falar de divisões e de continuidades. Porque se as fronteiras dividem, também servem para unir. Estão lá para serem atravessadas, em ambas as direcções. Portugal é um país com muitas fronteiras.

Pela primeira vez em mais de quinhentos anos, Portugal tem as mesmas fronteiras geográficas que tinha quando iniciou a sua aventura imperial. Mas agora também é parte da União Europeia, essa vasta comunidade estabelecida por mais ou menos regeneradas nações imperiais. Recorde-se que, até ao último alargamento, quase todos os países membros tinham sido potências coloniais. E a Comunidade continua a expandir-se, integrando países cada vez mais periféricos em relação ao seu núcleo fundador e cuja principal função – dizem os cínicos – é contribuir de modos não totalmente dissimilares aos das antigas colónias para os grandes centros onde reside o poder.

Creio ser um facto inegável que numa mesma unidade económica, cultural e até nacional, até linguística, podem caber zonas tão contrastadas quanto foram as metrópoles desenvolvidas e as colónias subdesenvolvidas, ricos e pobres, exploradores e explorados. O Brasil – produto histórico do imperialismo português – é disso um bom exemplo. Afinal a distância entre, ponhamos, São Paulo e Manaus não é muito diferente da que separa Bissau de Lisboa e é bem maior da que une Budapeste e Bruxelas.

Os mais optimistas dirão, pelo contrário, que estamos a assistir a um salutar processo de globalização, produto de uma positiva concepção pós-moderna de uma sociedade em que os estados-nação oitocentistas deixaram de fazer sentido, que bipolarizações de blocos internacionais como os da Guerra Fria que dominou meio Século XX jamais voltarão a ser possíveis, e que os próprios mercados inter-continentais,

ao serem unificados, por interesse próprio terão de abolir os desníveis económicos, sociais e culturais que até agora desfiguraram o mundo. Teríamos assim chegado ao fim da História, para usar essa algo prematura e certamente falaciosa metáfora triunfalista que celebrou o colapso do império soviético.

Seja como for, a entrada de Portugal na actual União Europeia fez tanto sentido que agora parece ter sido inevitável. Fez sentido por razões económicas, por razões políticas e até por razões psicológicas, dados os traumas causados pelo isolamento de que o país sofreu durante quase cinquenta anos de ditadura, pelas guerras coloniais, e pelo período conturbado de expectativas irrealizadas que depois viveu. Os benefícios políticos e económicos são tangíveis e evidentes. Portugal nunca mais poderá ser facilmente dominado por uma oligarquia paroquial e a maioria dos portugueses vive melhor do que vivia no auge do império. Os perigos culturais talvez sejam menos evidentes do que os benefícios, mas nem por isso são menos reais. Porque a abolição de fronteiras políticas e económicas também pode levar a uma dissolução de fronteiras culturais. E creio que a fronteira cultural é uma das poucas que deve ser mantida. Não para fechar mas, pelo contrário, para que possa estar aberta e transitável. As línguas e as culturas, que levam séculos a definir-se, podem desaparecer bem mais depressa. Já se perderam muitas ao longo da História.

O principal problema que os portugueses têm de enfrentar neste nosso nem sempre admirável mundo novo talvez seja um problema de percepção. Começando com o modo como se olham a si próprios. Ao longo dos séculos muitos portugueses habituaram-se a ver-se com olhos estrangeiros, como viajantes que regressavam ou estavam prestes a partir. Amavam o seu país como uma velha casa ancestral, um lugar fora do tempo e do espaço onde podiam ter férias de uma vida vivida noutros lugares e onde esperavam poder vir repousar nos seus últimos dias. Por isso a velha casa não precisava de obras muito urgentes, que até poderiam desvirtuar a desbotada grandeza da sua arquitectura nostálgica e contemplativa. Entretanto, muito longe daqui, criaram e perderam três impérios: no Oriente, nas Américas e em África. No país fizeram muito pouco. Chegada a altura de fazerem as grandes obras na velha casa ancestral, os recursos são limitados, as obras não podem ser feitas todas ao mesmo tempo, e as que estão sendo

feitas nem sempre têm agradado. E assim, apesar de finalmente libertados dos dúbios benefícios do império, um terço dos portugueses continua a viver fora do seu país.

Mas todos nós somos cidadãos de um país que já confrontou o fim da História várias vezes e que até perdeu o seu lugar nos mapas como nação independente quando estava ainda no apogeu do seu poder. E que mesmo assim continuou a sobreviver, como continua a sobreviver nos mundos alheios da sua actual diáspora. Os portugueses são um povo que já viu tudo: grandeza, miséria, e agora até uma respeitável mediania. Já fomos o opressor e o oprimido, o inquisidor e o libertário, cristão, judeu, mouro, negro, índio. Absorvemos todas as raças e culturas e integramo-nos em todas elas. A sabedoria cultural dos portugueses é imensa. E essa é agora a nossa única riqueza, sempre foi a nossa principal riqueza. Disto se conclui, quero crer, que há pelo menos uma consequência positiva de ter havido impérios e nações imperiais. A língua portuguesa é hoje falada em oito países dos cinco continentes, é a terceira língua de origem europeia mais falada no mundo, já não é apenas, nem sequer predominantemente, uma língua europeia. As outras nações de língua portuguesa não são menos parceiros culturais dos portugueses do que os outros membros da União Europeia são seus parceiros políticos e económicos. As fronteiras de Portugal não coincidem apenas com as suas fronteiras geográficas, as fronteiras portuguesas não são apenas europeias. Uma europeização de Portugal que excluísse o resto do mundo de língua portuguesa seria portanto limitadora da nossa plural cultura.

No entanto Portugal pode e tem sido caracterizado como uma nação periférica - ou, quando muito, semiperiférica - na linguagem sociológica actualmente em voga. Isto pressupõe, é claro, que há um centro exterior do qual se possa ser a periferia, o que por sua vez também sugere que o problema não é apenas cultural ou que só por arrastamento o passa a ser. De facto, é sobretudo um problema político e económico. O centro é onde o poder político e económico se situa, e a periferia é tudo quanto depende desse centro sem ter a possibilidade de influenciá-lo directamente. Desta perspectiva, a própria União Europeia pode ser entendida como periférica - quando muito semiperiférica - em relação ao poder político e económico que actualmente controla os mecanismos da globalização, os Estados Unidos da América, onde aliás - como a administração do presidente George W. Bush está candidamente demonstrando - é cada vez menos possível distinguir o que é

política nacional e o que é hegemonia económica internacional, o interesse público e os interesses privados.

Julgo ser um facto incontroverso que o poder político e económico de uma nação consideravelmente influencia, ou mesmo determina, a percepção global da sua cultura. Isto também ajuda a entender a imagem auto-negativa que as culturas chamadas periféricas têm de si próprias. A periferia, olhando-se com os olhos emprestados do que aceita ser o centro, vê-se como indubitavelmente periférica, e essa percepção passa a ser a imagem que projecta de si própria e que o centro, não sem razão, se vê justificado em aceitar como verdadeira. O resultado é um círculo vicioso, uma tautologia tornada verdade factual. Deste modo, Portugal tem sofrido, paradoxalmente, do seu próprio internacionalismo, de ter sido sempre capaz de se olhar de fora para dentro, de se saber ver com olhos alheios.

Camões e Shakespeare são porventura os dois escritores do Renascimento europeu que, ao falarem do seu tempo e para o seu tempo, melhor falam do nosso tempo e para o nosso tempo. A diferença é que todo o mundo sabe que Shakespeare é nosso contemporâneo, enquanto que a perene modernidade de Camões não é universalmente reconhecida – muitas vezes nem sequer pelos portugueses - pelo simples facto de ele ter escrito numa língua tornada periférica pelos deslocamentos do poder político e económico.

Tempo houve em que o latim foi a língua cultural da Europa. Mas como o império romano já havia muito que tinha cessado de existir, o latim não estava especificamente identificado com qualquer poder imperial. O inglês tem agora uma função equivalente à do latim como língua cultural universal. Mas é também a língua do poder político e económico que tende a obliterar todas as outras culturas, a língua da vigente *pax americana* da globalização. A própria velha Europa não oferece uma alternativa, faz parte do mesmo processo. Com o alargamento para Leste, a proliferação de novas línguas torna previsível que, em breve, o inglês se torne na única língua oficial da União Europeia. Isto não é devido à importância da Inglaterra, é claro. Se alguma coisa, o Reino Unido tem sido um parceiro ambíguo da Europa, preferindo sempre servir os interesses americanos. Não, a língua inglesa da União Europeia é a língua da *pax americana* da globalização imperial de que a própria União Europeia é mais um instrumento do que uma alternativa.

Seria no entanto errado, e perigosamente simplista, ver na globalização apenas uma expressão do neo-imperialismo americano adaptado dos anteriores imperialismos nacionais. O facto é que, em contraste com os antigos impérios, o novo império da globalização não tem um centro de poder unificado. Os Estados Unidos ocupam sem dúvida a posição dominante no novo imperialismo mas, ao contrário das potências imperiais do passado, o seu poder só pode ser exercido através da obliteração de todas as fronteiras. O centro deixou portanto de ser um lugar e passou a ser uma cultura que agora até já pode ser imposta a partir do que haviam sido as periferias. Mas se as regras do imperialismo mudaram, também – e por isso – as regras da resistência ao imperialismo têm de mudar.

De uma perspectiva cultural, que é aquela que aqui mais me interessa, quero crer que no mundo pós-colonial da globalização há novas oportunidades para alternativas não centralizadas. Na própria Europa, ao mesmo tempo que as fronteiras nacionais estão sendo abolidas – e em parte como resultado desse processo – línguas e culturas que durante séculos haviam sido reprimidas pelos estados-nação começam de novo a emergir com renovada dignidade: por exemplo o catalão em Espanha, a languedoque em França, o gaélico no Reino Unido. Mas, se assim é, por maioria de razão os europeizados portugueses não deverão nunca esquecer que, nesta sociedade pós-moderna, não constituem apenas uma cultura nacional dentro da Europa, e que são também parte de um internacionalismo pluricultural que partilha da mesma língua noutros continentes. Julgo que será esse o único modo de os portugueses serem europeus e de permanecerem culturalmente portugueses, sobrevivendo ao crescente mesmismo da globalização através do seu próprio internacionalismo. Mas isso também significa que chegou o tempo de os portugueses se libertarem de ressacas colonialistas e de nacionalismos requeitados, de se não quererem dominantes nem de se recearem dominados, celebrando o facto de se poderem exprimir numa língua que já não tem donos nacionais. E talvez assim possamos finalmente assumir o lugar que nos compete num centro sem fronteiras que também possa ser nosso.